

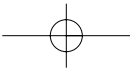
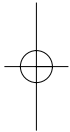
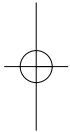
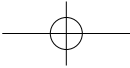


Trabalho no Campo



Ministério
da Educação





Apresentação

Ao longo de sua história, o Brasil tem enfrentado o problema da exclusão social que gerou grande impacto nos sistemas educacionais. Hoje, milhões de brasileiros ainda não se beneficiam do ingresso e da permanência na escola, ou seja, não têm acesso a um sistema de educação que os acolha.

Educação de qualidade é um direito de todos os cidadãos e dever do Estado; garantir o exercício desse direito é um desafio que impõe decisões inovadoras.

Para enfrentar esse desafio, o Ministério da Educação criou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad, cuja tarefa é criar as estruturas necessárias para formular, implementar, fomentar e avaliar as políticas públicas voltadas para os grupos tradicionalmente excluídos de seus direitos, como as pessoas com 15 anos ou mais que não completaram o Ensino Fundamental.

Efetivar o direito à educação dos jovens e dos adultos ultrapassa a ampliação da oferta de vagas nos sistemas públicos de ensino. É necessário que o ensino seja adequado aos que ingressam na escola ou retornam a ela fora do tempo regular: que ele prime pela qualidade, valorizando e respeitando as experiências e os conhecimentos dos alunos.

Com esse intuito, a Secad apresenta os *Cadernos de EJA: materiais pedagógicos para o 1.º e o 2.º segmentos do ensino fundamental de jovens e adultos*. “Trabalho” será o tema da abordagem dos cadernos, pela importância que tem no cotidiano dos alunos.

A coleção é composta de 27 cadernos: 13 para o aluno, 13 para o professor e um com a concepção metodológica e pedagógica do material. O caderno do aluno é uma coletânea de textos de diferentes gêneros e diversas fontes; o do professor é um catálogo de atividades, com sugestões para o trabalho com esses textos.

A Secad não espera que este material seja o único utilizado nas salas de aula. Ao contrário, com ele busca ampliar o rol do que pode ser selecionado pelo educador, incentivando a articulação e a integração das diversas áreas do conhecimento.

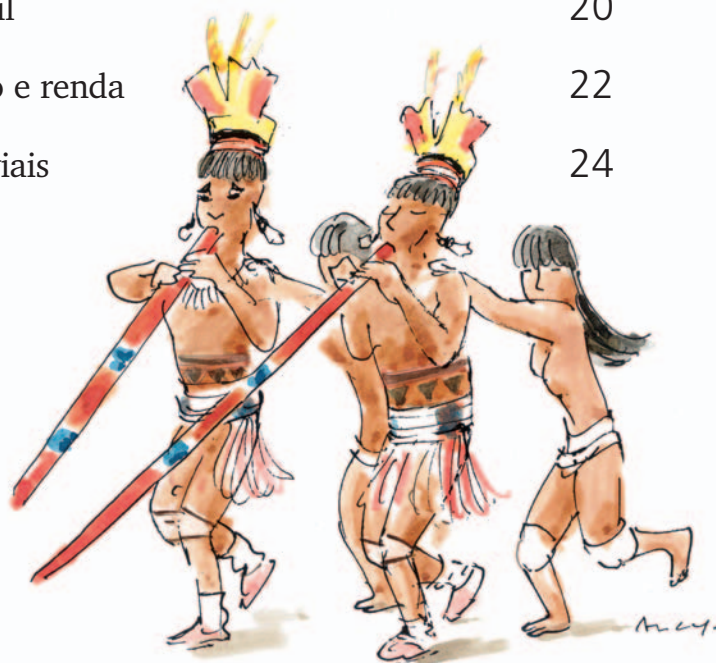
Bom trabalho!

Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização e Diversidade – Secad/MEC

Sumário

TEXTO

1. Cidades demais	6
2. Agricultura familiar	8
3. Um homem que trabalhou o ano todo	10
4. Cana-de-açúcar e o trabalho que mata	12
5. Da terra nós tiramos comida	14
6. Do caju brasileiro se aproveita até o cheiro	17
7. Crianças do MST	18
8. Logro para la agricultura en Brasil	20
9. Biodiesel: alternativa de emprego e renda	22
10. O paradoxo do mundo dos canaviais	24





11. Máquina x Homem	27
12. Os crimes do latifúndio	28
13. Terra chão, terra pão	31
14. Demarcação de terras indígenas	32
15. Working the land to feed the people	34
16. O seringueiro valente que sangrou a serpente da miséria	36
17. Falando sério	38
18. Os primeiros gritos do campo	40
19. Cresce o cultivo orgânico em Santa Catarina	41
20. Bananeira capixaba vira matéria-prima para arte	44
21. Mesma vida severina	46
22. A saga de José Lourenço	56

CIDADES DEMAIS

No futuro, a força das economias dos ambientes “rurais” será um diferencial de qualidade

Não existe país com mais "cidades" do que o Brasil. Eram 5.507 quando houve o último Censo Demográfico (2000). A menor, União da Serra, no nordeste gaúcho, tinha apenas dezoito habitantes. E não é uma exceção; são noventa as "cidades" com menos de quinhentos habitantes. Mas um lugar com tão poucos moradores poderia ser mesmo considerado uma cidade?

No mundo todo não, mas no Brasil os critérios de definição do que é uma cidade são meramente administrativos: toda sede de município é considerada uma cidade, independentemente da densidade demográfica ou outros critérios funcionais. Mesmo que só tenha quatro casas, nas quais residam três famílias de agricultores e uma de madeireiro (como é o caso de União da Serra, citada acima). De um total de 5.507 sedes de município existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2.000 habitantes, 3.887 com menos de 10.000 e 4.642 com menos de 20.000, todas com

estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos núcleos que formam as regiões metropolitanas, e todas as pessoas que residem em sedes, inclusive em ínfimas sedes “distritais”, são oficialmente contadas como urbanas.

Em outras partes do mundo não existe um único critério para definir o que é cidade e sim uma combinação de critérios estruturais e funcionais. Critérios estruturais são, por exemplo, a localização, o número de habitantes, de eleitores, de moradias ou, sobretudo, a densidade demográfica.

Vale lembrar que também não é verdadeiro o critério que torna agropecuária sinônimo de rural e vice-versa; assim, uma comunidade rural não necessariamente é agricultora. Critério funcional é a existência de serviços indispensáveis à urbe.

Se tomássemos por base os critérios lusitanos, no Brasil existiriam, na melhor das hipóteses, cerca de seiscentas cidades.

Além da questão da densidade demográfica e do fato de ter ainda muitas áreas



A cidade Serra Azul, interior de São Paulo, oferece aos seus moradores boa infra-estrutura em saúde e educação, além de áreas de lazer.

Foto: Monalisa Lins / AE



muitas áreas intocadas pelas artificialidades do ambiente totalmente urbano, o Brasil é mais rural do que oficialmente se calcula, se considerarmos que há níveis intermediários entre o que é campo e o que é cidade. O que não é negativo, pois hoje em dia, nos países do Primeiro Mundo, está ocorrendo uma valorização constante de tudo que se distingue da artificialidade urbana: paisagens silvestres ou bem cultivadas, água limpa, ar puro e mais silêncio. Sob esse ponto de vista, cai o mito de que

ser rural é ruim, sinônimo de miséria. E, depois da proliferação de purgatórios em torno das aglomerações urbanas, é impossível continuar pensando que seja essa a solução para o desenvolvimento de um país como o Brasil. Pelo contrário, as tendências mundiais mostram que algumas das principais vantagens competitivas do século 21 dependerá da força de economias e ambientes rurais.

Fonte ► Extraído do Almanaque Socioambiental - Instituto Socioambiental/2004.

Foto: José Paulo Lacerda / AE

AGRICULTURA FAMILIAR

CHAVE PARA CRIAR E MANTER EMPREGO NO CAMPO

Agronegócio não está criando empregos na mesma proporção do

BRASÍLIA – Um em cada cinco trabalhadores brasileiros está ocupado no setor agrícola. São cerca de 16,5 milhões de pessoas, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do IBGE. Das quais, apenas 1,5 milhão tem carteira assinada e cerca de 520.000 são empregadores rurais. Na agricultura, menos de 10% dos trabalhadores são legalmente contratados, enquanto a média de formalização do emprego no país é três vezes maior. Para cada assalariado com registro em carteira no campo, dois são contratados na informalidade. Dos cerca de 11 milhões restantes, dois terços trabalham por conta própria ou produzem apenas o suficiente para comer e um terço não recebe remuneração alguma.

Esses números mostram a precariedade desse grande segmento do mercado de trabalho do país, que encolheu cerca de 20% entre as décadas de 1980 e 1990, se estabilizou nos últimos cinco anos, mas não consegue converter em empregos a expansão do setor agrícola, que cresceu acima de 5% ao ano no período mais recente. “A expansão da área de fronteira da monocultura para exportação não teve capacidade de gerar volume de empregos à altura das taxas de crescimento”, sustenta o professor Sérgio Pereira Leite, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), lembrando que o PIB agrícola não conseguiu passar dos 10% do total de bens e serviços produzidos no país nos últimos dez anos.

Foto: Tammy Green

À esquerda, seu José Manicoba planta diversos tipos de hortaliças em seu sítio, em Formosa, Goiás.

Na foto, plantação de cana-de-açúcar, que utiliza grandes extensões para a lavoura.



crescimento da produção. Saída é a reforma agrária.

Campo estéril

Ele acredita que não vale a pena investir no agronegócio como fator de geração de emprego e renda no campo. Cita como exemplo reportagem recente feita pelo *Fantástico*, da TV Globo, mostrando que as condições de trabalho da mão-de-obra contratada pelo setor sucroalcooleiro são muito precárias. Em alguns casos, com trabalho análogo ao de escravos. E questiona se vale a pena o governo investir novamente nesse setor, com o surgimento da demanda externa pelos biocombustíveis. “Que tipo de emprego esse segmento está gerando?”, indaga Leite, observando que os assalariados do setor não se beneficiaram pelo aumento da produtividade na produção de açúcar e álcool.

A objeção do professor não tem a ver

com o combustível verde, mas sim com a escolha do modelo econômico de sua produção. Ele considera que o fornecimento de matéria-prima, mesmo sendo para um setor estratégico, deve estar associado à capacidade de geração de emprego digno. Portanto, o modelo de produção dos biocombustíveis deveria privilegiar a agricultura familiar e não o agronegócio. “O governo deve pensar até que ponto aposta todas as fichas no aumento de segmentos que estão baseados na exploração de monocultura voltada para exportação, que não gera emprego. Será que isso não é vulnerável?”, questiona Leite, frisando que, quando os preços dos produtos desabam, o setor entra em crise, afetando inclusive outros setores.

Fonte ► Extraído de Debate Carta Maior - 04/8/2006

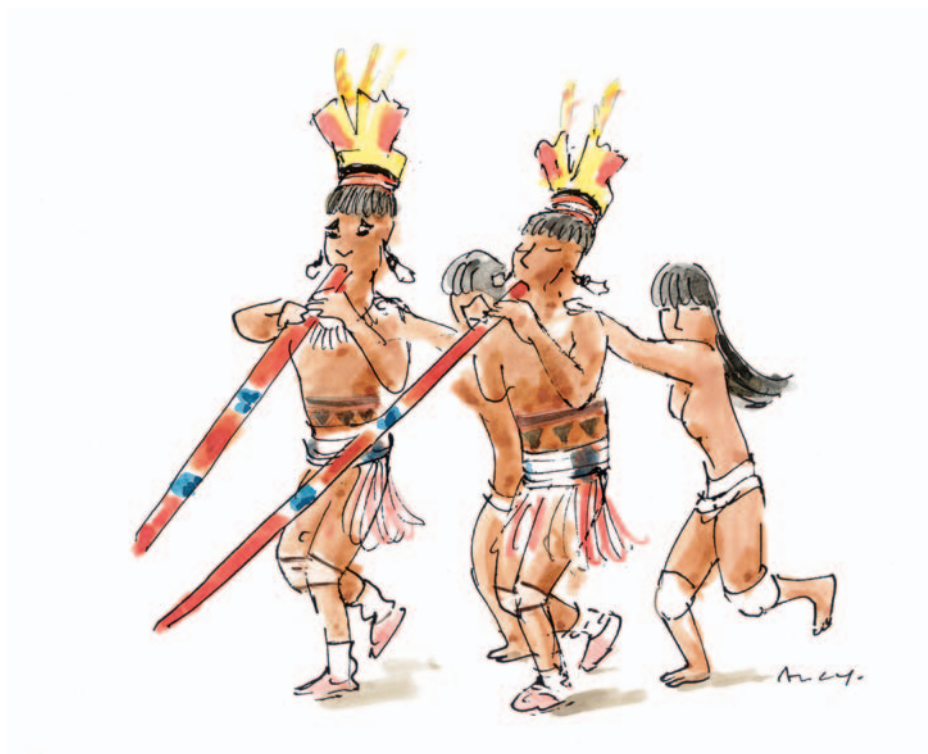
UM HOMEM QUE TRABALHOU O ANO TODO

Yanahim Mahala Waura

Certo dia fui abrir uma roça bem grande, você nem ia enxergar a beira da roça. No início do ano, eu comecei a roçar, levei um ano roçando, durante o dia e à noite (24 horas), sem comer ou descansar, sem ver minha família e minha esposa que tem oito filhos (quatro homens e quatro mulheres).

Antes de ir para o mato, avisei minha esposa que eu ia trabalhar.

Quando eu desapareci daquela casa, meu pai e minha mãe começaram a se preocupar comigo. Quando eu passei dez dias no mato, meu pai, minha mãe, meus irmãos, irmãs, filhos e filhas choraram, pensaram que eu tinha morrido no mato. Meus irmãos foram cortar o cabelo de minha esposa. Cortaram. Ela ficou sem cabelos, como uma viúva. A minha esposa ficou de resguardo.



A minha rede já tinha sido enterrada no meio da aldeia, até que acabou a tristeza. Fizeram a festa do Quarup para alegrar o meu espírito de morte.

Quando acabou a festa Quarup, passaram dois dias, o meu trabalho acabou. Aí eu voltei para a aldeia. Quando eu cheguei em casa, a minha esposa não estava mais lá, já tinha ido para a casa do pai dela. Eu falei para minha mãe:

– Mãe, onde foi minha esposa?

A minha mãe não me reconhecia, ficou admirada!

Ela me respondeu:

– Quem é você?

– Mãe, eu sou seu filho. Fiquei um ano trabalhando no mato, trabalhando para nós.

Logo a minha mãe correu para o meu ombro, chorando. Ela me falou:

– Ô, filho, sua esposa está na casa do pai dela, pensávamos que você tinha morrido no mato.

Naquele dia, minha esposa já estava começando a ficar noiva de outro homem.

Fonte ► Histórias de hoje e de antigamente - Professores Indígenas do Parque Indígena do Xingu - Instituto Socioambiental/MEC - 1998 - págs. 45-46

CANA-DE-AÇÚCAR E O TRABALHO QUE MATA

Foto: Paulo Liebert / AE



Cortadores
de cana em
canavial na
região de
Sertãozinho-SP

Os cortadores de cana ganham a metade do que recebiam na década de 90 para cortar 50% a mais do que naquele tempo

O trabalho no corte de cana foi tema de debate, nos dias 30 e 31 de maio, no encontro Desafios da Indústria Sucroalcooleira Brasileira no Século 21, promovido pela ONG Açúcar Ético, que tem sede em Lyon, França, e realizado na Fasp

(Faculdades Associadas de São Paulo).

Os pesquisadores Maria Cristina Gonzaga, da Divisão de Ergonomia da Fundacentro, e Francisco Alves, professor do Departamento de Engenharia da Produção da Universidade Federal de São Carlos, fizeram intervenções

no painel que discutiu os impactos sociais do trabalho nesse segmento.

Segundo informação da Unica (União da Agroindústria Canavieira de São Paulo), atualmente, há no país 307 usinas em funcionamento empregando cerca de 440.000 trabalhadores que ganham por produção.

O trabalho extenuante matou ao menos catorze trabalhadores nos últimos dois anos, mas há denúncias de mortes de cortadores de cana por excesso de trabalho desde os anos 1980, quando a meta de produção individual era de 8 toneladas/dia, portanto 4 toneladas a menos do que se estabelece hoje.

LER/DORT

Os que sobrevivem sofrem com o envelhecimento precoce e diversas formas de adoecimento, entre as quais as LER/DORT, causadas pela repetição dos movimentos e emprego de força física na atividade de trabalho.

De acordo com Maria Cristina Gonzaga, que há doze anos se dedica a pesquisas nesse setor, em oito horas de trabalho, cada cortador desfere cerca de 12.000 golpes ou trinta golpes por minuto.

Dores nas costas também são frequentes, assim como os acidentes com o facão, contraditoriamente facilitados pe-

las luvas de proteção, que não oferecem aderência ao cabo da ferramenta.

Para Francisco Alves, a redução no nível de organização dos trabalhadores e o aumento do desemprego no campo são responsáveis pela precarização do trabalho nesse setor.

Segundo ele, a solução seria a mecanização da atividade acompanhada pela implementação de políticas públicas compensatórias, tanto na região de onde sai o trabalhador quanto na região em que ele vai trabalhar.

"Acabar com o pagamento por produção é acabar com as doenças e mortes dos cortadores de cana", afirmou.

Já Maria Cristina aponta a ausência e ineficiência do poder público na implementação de políticas que promovam a saúde e a integridade dos trabalhadores, expressas na fragmentação de suas ações, a falta de entrosamento entre as universidades e a subnotificação de acidentes e doenças ocupacionais como alguns dos principais problemas do setor.

"Não adianta ter as melhores normas de segurança do mundo se essas normas não são cumpridas", disse.

No estado de São Paulo, a meta é de 12 toneladas/dia por trabalhador e o piso salarial é de 420 reais, aproximadamente metade dos dois e meio salários mínimos pagos na década de 1990, feitas as devidas correções.

Fonte ► Extraído do site <http://www.observatoriosocial.org.br>

DA TERRA NÓS TIRAMOS COMIDA

(Texto do povo xavante)



É na terra que a gente planta a nossa roça.
A gente planta mandioca.

Tem muito tipo de mandioca.
Tem mandioca de fazer farinha
E de fazer beiju.
Tem mandioca de fazer bebida.
Tem mandioca de comer cozida,
De comer assada.
Os índios têm roça grande de mandioca.

A gente planta

Milho

Cará

Banana

Amendoim

Batata-doce

Abacaxi

Abóbora

Fumo

Feijão

Uma porção de tipos de feijão.

A gente planta todo tipo de coisa.

A terra dá toda fruta do campo,

Dá toda fruta do mato:

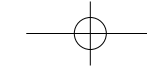
Pequi

Bacaba

Castanha

Buriti

Macaúba



Mangaba

Inajá

Murici

Pinhão

Pupunha

Açaí

Dá muita fruta gostosa.

Na nossa terra tem abelha que dá mel para nós.



DA TERRA NÓS TIRAMOS MUITA COISA

Na nossa terra também dá cabaça, dá algodão, dá urucum.

Tem urucum para fazer corda, para fazer rede e para fazer enfeite.

Tem taquara para fazer flecha.

É na terra que cresce pau para fazer casa, canoa, arco,

Cresce a pacova, o sapé, e todo tipo de palha que a gente usa.

NÓS USAMOS AS COISAS DA TERRA

Nós trabalhamos as coisas da terra.

Nós usamos o barro assim:

Nós pegamos o barro,

Trabalhamos o barro,

E com o barro fazemos panela,

Fazemos boneca,

Fazemos pote.

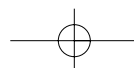
Nós usamos o buriti.

Tem povo de índio que pega o talo de buriti

Para fazer cesto, fazer peneira.

Pega a folha de buriti para fazer esteira,

Ilustrações: Alcy



Texto 5 / Índios do Brasil

Cobrir casa, fazer enfeite, fazer abano.

Muitos povos usam o buriti
Para fazer a roupa de dançar!

Nós usamos uma porção de coisas da natureza.

NOSSO JEITO DE TRABALHAR

Nosso jeito de trabalhar é assim:

Tem trabalho de homem.

Tem trabalho de mulher.

Homem não faz trabalho de mulher.

Mulher não faz trabalho de homem.

O homem precisa do trabalho da mulher.

A mulher precisa do trabalho do homem.

A comunidade precisa do trabalho de cada um.

A gente gosta de trabalhar junto.

Os homens se reúnem todos para derrubar a roça.

A mulherada toda faz a comida, faz a bebida.

Quando a comunidade se reúne para trabalhar junto,

Isso se chama mutirão.

Os índios gostam de trabalhar em mutirão.

Quando ajunta todo mundo

É bom de trabalhar!

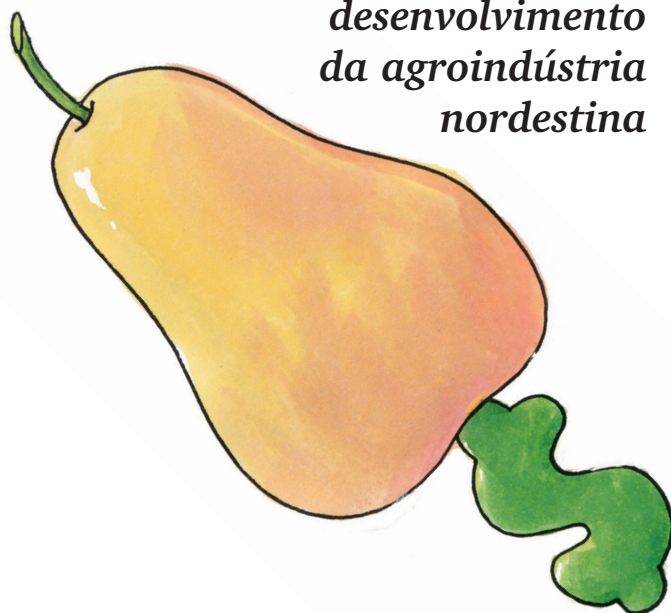
A comunidade fica alegre!



Fonte ► Do livro: História dos Povos Indígenas - Editora Vozes -
1982 - Autores Indígenas.

DO CAJU BRASILEIRO SE APROVEITA ATÉ O CHEIRO

*O fruto é importante
instrumento de
desenvolvimento
da agroindústria
nordestina*



Quem do caju só come a castanha,
E nunca viu um cajueiro,
Não sabe a força tamanha
Desse fruto brasileiro
Se a castanha saborosa
Satisfaz o paladar do
Mundo inteiro, imagine
O maravilhoso caju, maduro
Que dá o doce, a cajuína
E o suco sempre prazenteiro.
Esse caju, que é o milagre
Da natureza benfazeja,
Agora tira o agricultor
Das garras da cruel pobreza
Com financiamento certo
Tecnologia, assistência
E a fábrica funcionando
O pobre se torna altaneiro,
Gracas ao caju cultivado,
Esse fruto alvissareiro.

Ilustrações: Alcy

Mini-fábricas estimulam o potencial da fruta

Fonte de alimentos e de riqueza desde antes da colonização, o caju nem sempre tem sido bem aproveitado. Na produção de 200.000 toneladas de castanhas ao ano, 90% para exportação, estão envolvidas

300.000 pessoas, das quais 255.000 são agricultores familiares. Porém, a colheita, o transporte e a industrialização inadequados fazem com que se percam um terço da castanha e 85% da polpa.

ENSAIO CRIANÇAS DO MST



Texto e fotos: Ruy Fraga

A primeira impressão que eu tive quando cheguei no primeiro acampamento do Movimento Sem Terra, interior do Rio Grande do Sul, é que não precisaria me esforçar muito, ou montar uma cena: estava tudo ali.

A luz que vazava pelas árvores e inundava as crianças que brincavam, as lonas

pretas contrastando com a boneca americana na mão da menina.

A idéia era fotografar as crianças felizes – como realmente são – e fugir da idéia miserável que as fotos do MST costumam passar. Acho que consegui. Não por mérito meu, mas porque são crianças realmente inteligentes, lindas, felizes, já abraçando a luta de seus pais: a reforma agrária e o amor pela terra.





Crianças brincam nos
vários acampamentos
e assentamentos do MST
no Rio Grande do Sul.
Em cada um deles há
escola e brinquedos feitos
especialmente para eles.



Foto: Jonne Roriz / AE



Helismar Neuberguer e Gisele
Adriano, na fazenda Anoni,
no Rio Grande do Sul.

LOGRO PARA LA AGRICULTURA EN BRASIL

Texto adaptado por Daniel Barrantes

Desde el julio de 2006, con la ley 11.322/06, el agricultor familiar y la agricultura familiar pasaron a ser reconocidos como un segmento productivo. Se garantiza así, las políticas públicas orientadas hacia ese sector.

La inexistencia de clasificación de los productores como agricultores o agricul-

toras familiares – hasta ahora existía solamente la definición de lo que es pequeña propiedad rural – generaba un vacío conceptual para la aplicación de políticas públicas fundamentales, como el de la *Previdencia Social*.

La agricultura familiar en Brasil es responsable por más del 40% del valor bruto

de la producción agropecuaria y sus cadenas productivas corresponden al 10% de todo el PBI del país. Reúne a 4,2 millones de agricultores, representa el 84% de los establecimientos rurales y emplea al 70% de la mano de obra del campo. Además, es responsable por la mayoría de los alimentos que llegan a la mesa de los brasileños: 84% de la mandioca, 67% del poroto, 58% de los porcinos, 54% de la cría de vacas lecheras, 49% del maíz, 40% de las aves y huevos, 32% de la soya, entre otros.

Para ser considerado un agricultor familiar, el ciudadano debe:

- no detentar un área mayor que cuatro módulos fiscales (unidad patrón para todo el territorio brasileño);
- utilizar, predominantemente, mano de obra de la propia familia en las actividades económicas de su emprendimiento;
- tener una renta familiar mayoritariamente originada de actividades económicas vinculadas al propio establecimiento o emprendimiento;
- y dirigir el establecimiento o emprendimiento con la ayuda de la familia.

Con la nueva ley:

- la agricultura familiar pasa a ser reconocida como un segmento productivo y se acaban las dudas sobre su conceptualización legal;

- garantiza la participación de agricultores y agriculturas familiares en la formulación de las políticas;
- las relaciones de trabajo y organizaciones en ese segmento se fortalecen con la aplicación de diversas políticas fundamentales para los agricultores familiares, como el de la *Previdencia Social*;
- y los órganos gubernamentales podrán adoptar ese concepto para aplicar otras medidas en beneficio del segmento.

Extraído do site: <http://www.adital.com.br>



GLOSARIO

Cadena. corrente, cadeia

Cuatro. quatro

Duda. dúvida

Generar. gerar

Hasta ahora. até agora

Huevo. ovo

Lechera. leiteira

Maíz. milho

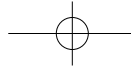
Órgano. órgãos

Patrón. padrão, patrão

Porcino. suíno

Poroto. feijão

Vacío. vácuo, lacuna



BIODIESEL

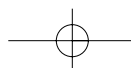
ALTERNATIVA DE EMPREGO E RENDA

Para abastecer oitocentos postos com 600 milhões de litros de biodiesel, será necessária a participação de 208.000 agricultores.



Aparelho biodigestor que filtra o óleo da mamona antes de virar Biodiesel, na empresa Ceralit, em Campinas, interior de São Paulo.

Foto: Eptácio Pessoa / AE



O biodiesel é uma importante alternativa energética que deve gerar emprego e renda ao agricultor familiar. É produzido a partir de oleaginosas, como girassol, mamona, pinhão manso e dendê, que proliferam na produção da agricultura familiar e nos assentamentos da reforma agrária.

Cerca de 35.000 famílias já participam da cadeia produtiva do biodiesel e, para atender o aumento de encomendas, será necessária a participação efetiva de 208.000 agricultores familiares envolvidos no cultivo de oleaginosas, sendo a maioria da região Nordeste.

A principal utilização do biocombustível é em mistura com o diesel, que, a partir de janeiro de 2008, será obrigatória. Todo diesel brasileiro terá pelo menos 2% de biodiesel. Além de ser um combustível renovável, o biodiesel emite menos enxofre na atmosfera, reduzindo a poluição causadora do efeito estufa e de problemas respiratórios. Além disso, os átomos de oxigênio do biodiesel lubrificam melhor, aumentando assim a vida útil de peças do motor a diesel.

H-Bio, outra boa promessa

A Petrobras está fazendo testes com mais uma alternativa de combustível, o H-Bio, um novo tipo de óleo diesel produzido a partir de uma mistura de petróleo e com 18% de óleo vegetal. Por enquanto, os tes-

tes têm sido feitos com óleo de soja. Se der certo, também vai reduzir o teor de enxofre lançado na atmosfera.

O processo de produção do H-Bio é mais complexo e mais caro que o do biodiesel. Com isso, a produção só é viável para grandes refinarias de petróleo que já possuem equipamento apropriado.



Foto: Bill Strong

A soja é uma das matérias-primas para o biodiesel

Fonte ► <http://www.mda.gov.br/>

O PARADOXO DO MUNDO DOS CANAVIAIS

*Mais produção
por menor
pagamento*

Há quinze anos, um trabalhador cortava, em média, seis a sete toneladas de cana-de-açúcar por dia. Hoje, no mínimo, corta 10 toneladas. Intensificaram-se o ritmo e a jornada de trabalho. Ou seja, para que o trabalhador seja competitivo com a máquina, a sua referência passa a ser a própria máquina. Ele tem que ser tão eficiente como ela, e por um salário cada vez menor. Assim, a tecnologia, em vez de melhorar, piora as condições do trabalhador.

Antigamente, entre as décadas de 1950 e 1970, quem vinha cortar cana em São Paulo eram os pequenos produtores do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. Quando chegava a época da entressafra do roçado,

Foto: Éder Azevedo / JC / AE



**Trabalhadora
corta cana
na região de
Pederneiras,
no interior
de São Paulo.**

como não havia o que fazer, os homens vinham trabalhar nos canaviais paulistas.

As famílias ficavam em Minas, os homens mandavam o dinheiro e, quando acabava a safra, voltavam para a sua terra. Mais para o final da década de 1970, a sociedade estava mais organizada, o movimento sindical, com suas greves e pressões, trouxe algumas conquistas econômicas para os trabalhadores.

Por coincidência, novembro, a época da colheita de cana, é também o mês de eleições municipais. Com isso, os candidatos, de olho nos votos dos trabalhadores, doavam terrenos para construir casas em mutirão, ajudavam a transferir o título de eleitor para o município que lhes interessa-

va e outros benefícios. Muitos trabalhadores, então, acabaram ficando.

Hoje, o problema da fixação é bem diferente do daquela época. Primeiro, porque a possibilidade de ganhar uma sobra para construir uma casa é muito mais difícil, pois o salário diminuiu, e a exigência na produção aumentou. Outra mudança é que os trabalhadores, com o tempo, acabaram adquirindo prática de conhecimento e organização. E aprenderam a negociar melhor.

Passaram a recusar corte de cana de qualidade inferior porque se paga menos por ela; não tinham mais paradeiro, o que causava problema para os usineiros, pois sem corte de cana não há produção e nem todos podem fazer o trabalho apenas com máquinas. Então vão buscar, longe, trabalhadores que trabalhem como máquinas.

O trabalhador-máquina

Os cortadores de cana de hoje são jovens, muitos deles vindos pela segunda, terceira vez, bem acostumados a trabalhar na terra e sem malícia no trato com a cana. Na sua terra natal sabem o que plantar, quando plantar, quanto rende. Na cana, terão que saber o preço do produto, quanto cortaram, o tipo de cana. Sem saber direito como fazer essa conta, cortam, por exemplo, 200 m², calculam 150, e recebem apenas por isso. E o proprietário fica com os outros 50... E ainda acham que é melhor

Texto 10 / Desemprego rural

Foto: Paulo Liebert / AE

Cortadores de cana em canavial na região de Sertãozinho, interior de São Paulo, Avelino Ribeiro (camisa preta) e Claudécir dos Santos.



do que ficar na sua terra sem ganhar nada na época da entressafra.

Esses trabalhadores agora estão vindo do Maranhão e do Piauí, e muitos – embora nem todos – se submetem aos interesses da empresa.

Sindicalização precária

Outra questão é que esses trabalhadores mal têm acesso ao sindicato local. Como eles vêm de longe, de outra estrutura sindical que também não conhece nada sobre cana, ficam subordinados aos contratantes de mão-de-obra e freqüentemente são prejudicados.

Melhorias e exigências

Por outro lado, para terem um trabalhador que consiga cortar 10 toneladas de cana por dia, os patrões não podem lhes dar o tratamento de antigamente. O cortador de

cana dos dias de hoje não pode comer só farinha e arroz. Ele precisa de comida forte para ter força. Então melhorou o padrão de alimentação.

Um trabalhador assim precisa descansar para renovar as forças, então muitos alojamentos foram melhorados, com instalação de chuveiros, coisa que antes não existia. Em muitos deles, entretanto, os trabalhadores continuam dormindo em redes ou em pensões precárias. Também melhorou o transporte, muitas fazendas canavieiras já usam ônibus em vez de caminhões. Em contrapartida, tudo o que é oferecido em melhorias é exigido em produção.

Fonte ▶ Extraído da entrevista com José Roberto Novaes - Revista do Instituto Humanitas (Unisinos). Edição nº 188, junho/2006.

MÁQUINA X HOMEM

Desemprego chega a 70% na área rural da Zona da Mata de Pernambuco



Trabalhadores enfrentam longa fila para seleção do SINE (Serviço Nacional de Emprego), em Vitória de Santo Antão/PE

Foto: Júlio Jacobina / Diário de Pernambuco / AE

O desemprego atinge 70% dos trabalhadores rurais de municípios da Zona da Mata de Pernambuco no período da entressafra da cana-de-açúcar e a fome está levando meninas de 5 a 10 anos à prostituição no eixo das rodovias federais e estaduais.

A constatação foi feita por levantamento realizado em 2005 por uma caravana de médicos do Conselho Regional de Medicina (Cremepe) em sessenta cidades pernambucanas. Foram coletados dados sobre saúde, educação, segurança, além de desemprego e trabalho infantil.

Os médicos ouviram prefeitos, secretários municipais, juízes e promotores e visitaram hospitais e unidades de saúde. O estudo comprovou que o analfabetismo

atinge 45% das populações das cidades visitadas.

Em Gameleira, na Zona da Mata, 60% das crianças sofrem de desnutrição. No município de Glória do Goitá, no Agreste, o índice de trabalho infantil nas casas de farinha e nas lavouras de cana-de-açúcar chega a 10%.

A equipe de médicos constatou ser necessário direcionar investimentos em promoção de saúde, educação e de inclusão social. O relatório foi encaminhado aos governos estadual e federal, Poder Judiciário além da Organização Mundial de Saúde.

Fonte ► Extraído do site www.paginarural.com.br

OS CRIMES DO LATIFÚNDIO

O bispo dom Tomás Balduino, presidente da Comissão Pastoral da Terra, denunciou: “O Judiciário está despejando assentados”

Maria Luísa Mendonça



Foto: Pablo Valadares / AE

Dom Thomas Balduino, presidente da CPT (Comissão da Pastoral da Terra), avalia o ano de 2005 como negativo para a reforma agrária e para todos os trabalhadores rurais

Durante mais de três décadas, a Comissão Pastoral da Terra tem registrado violações contra trabalhadores rurais, através do trabalho de seus pesquisadores em cada estado, que documentam casos específicos de despejos, assassinatos, prisões arbitrárias, agressões, lesões corporais, ameaças de morte e tortura. De janeiro a agosto de 2002, a CPT documentou 34 assassinatos de trabalhadores rurais. De 1985 a 2002, foram registrados 1.150 assassinatos de trabalhadores rurais, advogados, técnicos, lideranças sindicais e religiosas ligados à luta pela terra. A impunidade é praticamente a regra geral nesses casos. Desses 1.150 assassinatos, apenas 121 foram levados a julgamento. Entre os mandantes dos crimes, somente 14 foram julgados, sendo 7 condenados. Foram levados a julgamento 4 intermediários, sendo 2 condenados. Entre os 96 executores julgados, 58 foram condenados.



Um dos casos mais emblemáticos de violência contra trabalhadores rurais foi o massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará. Em 17 de abril de 1996, oficiais da Polícia Militar mataram 19 trabalhadores rurais, ferindo gravemente outros 69. Alguns meses depois, outros 2 lavradores morreram em consequência dos ferimentos. Segundo o médico legista Nelson Massini, houve execução sumária, pois a maioria das vítimas foi atingida com tiros no peito, cabeça e nuca. Em agosto de 2000, todos os 154 policiais militares acusados de participar do massacre foram absolvidos. Aquele julgamento foi anulado e, em 2001, outro júri condenou somente 2 oficiais. Apesar disso, eles continuam em liberdade por meio de recurso. O Pará é o campeão da violência contra trabalhadores rurais. Os registros da CPT mostram que, de 1971 a 2002, ocorreram 726 assassinatos de camponeses no Estado.

O Paraná também possui um grande número de violações. Segundo a CPT, "o governo Jaime Lerner foi responsável por uma onda de violência que deixou 16 tra-

balhadores assassinados, 31 vítimas de atentados, 47 ameaçados de morte, 7 vítimas de tortura, 324 feridos, 488 presos, em 134 ações de despejo". Atualmente existem 62 acampamentos, com 13.000 famílias sem terra no Paraná, vivendo em precárias condições. A reação dos ruralistas tem sido intimidar os trabalhadores, através da organização de milícias armadas. Recentemente foi encontrada uma lista com nomes de trabalhadores ameaçados de morte. O assassinato do militante do MST Francisco Nascimento de Souza, que fazia parte da lista dos marcados para morrer, demonstra como os pistoleiros têm atuado com impunidade no Paraná.

Pernambuco representa outro grave foco de violência. Segundo a CPT, de 1995 até 2001 ocorreram 14 assassinatos de trabalhadores rurais, 43 casos de tortura, 232 prisões arbitrárias e 416 casos de agressão física e ferimentos, em 842 conflitos de terra. Desde o período colonial, a região tem sido marcada pela permanência da monocultura da cana-de-açúcar, controlada por grandes latifundiários. Com a falência

Texto 12 / Reforma agrária

do setor, trabalhadores rurais passaram a reivindicar a posse das terras ociosas. De acordo com Marluce Cavalcanti, assessora da CPT, "nos últimos quinze anos, mais de 150.000 postos de trabalho foram extintos com a crise do setor sucroalcooleiro. A região possui mais de 40.000 famílias acampadas em terras improdutivas". Na maioria desses acampamentos, as famílias aguardam durante anos a regulamentação da terra. Atualmente, crescem as ameaças de despejo, como no caso do Engenho Prado, em Nazaré da Mata. Em julho, o juiz da comarca local, Carlos Alberto Maranhão, determinou o despejo e a demolição de residências, igrejas e lavouras construídas por trezentas famílias que viveram na área durante seis anos. Os advogados da CPT argumentam que as benfeitorias e lavouras cultivadas pelos trabalhadores foram avaliadas em 5 milhões de reais, mostrando a viabilidade econômica daquela comunidade, que abastecia com alimentos as feiras de cinco municípios da região.

No estado de São Paulo, a principal forma de repressão são as prisões arbitrárias na região do Pontal do Paranapanema. De

2002 até meados de 2003 foram decretadas 28 prisões de integrantes do MST pelo juiz Átis de Araújo Oliveira, da comarca de Teodoro Sampaio.

Todas essas ações têm sido contestadas no Tribunal de Justiça de São Paulo, no Tribunal de Alçada Criminal ou no Superior Tribunal de Justiça. Recentemente, o ministro do STJ Paulo Medina concedeu liberdade para Márcio Barreto e Valmir Rodrigues Chaves, afirmando que estes "são obreiros rurais integrantes do MST, que lutam e sacrificam-se por mais razoável meio de vida, onde a dignidade social somente pode ser restaurada no momento em que se fizer a verdadeira, necessária e indispensável reforma agrária no país".

Esse tipo de decisão contribui com a formação de uma jurisprudência respeitada em defesa da reforma agrária. O Estado brasileiro possui todos os mecanismos necessários para democratizar a terra, além do amplo apoio da sociedade.

AS MORTES NO CAMPO

1150 assassinatos
1985 a 2002

21 levados
a julgamento

MANDANTES
14 julgados
7 condenados

INTERMEDIÁRIOS
7 julgados
2 condenados

EXECUTORES
96 julgados
58 condenados

Fonte: CPT (Comissão
pastoral da Terra)

Maria Luísa Mendonça é jornalista e diretora da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Texto publicado na revista Caros Amigos Especial Reforma Agrária, de setembro de 2003.

TERRA CHÃO, TERRA PÃO

Ademar Bogo

Ademar Bogo é poeta, militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST

Rasteira, alta ou baixa...

É sempre chão!

Morena, pálida, escura, clara...

É sempre chão!

Penhascos, pântanos e desertos...

É sempre chão!

Fundo do mar, dos rios e vales...

É sempre chão!

É terra, é vida, germinação!

Terra gentil, húmus da vida

Força contida que faz gerar

Massa que guarda corpos, raízes...

Campos felizes, festa, canção.

Terra molhada, seca, curtida

Força mantida em proteção

Folhas curtidas, flores, perfumes...

Coisas... costumes da tradição.

Terra plantada, planta, colheita...

Que se deleita ao ver sorrir

Fome saciada, palha comida

Refeita a vida, volta a dormir.

Rasteira, alta ou baixa...

É sempre pão!

Morena, pálida, escura, clara...

É sempre pão!

Penhascos, pântanos, desertos...

É sempre pão!

Fundo do mar, dos rios e vales...

É sempre pão!

Sempre há uma vida em qualquer espaço

Há sempre um braço estendendo a mão.

Vida! Vida! Por que tens que ser tanto dividida?

DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS



Foto: Milton Michida / AE

O problema mais grave ocorre em Mato Grosso do Sul, onde existem mais de noventa terras indígenas sem demarcação. Os índios vivem em situação de confinamento, em pequenas parcelas de terra cercadas por fazendas. Além disso, o estado é recordista de denúncias no relatório *A Violência contra os Povos Indígenas do Brasil*, organizado pelo Conselho Indigenista Missionário, o Cimi.

O índice de violência é muito alto. Pelo fato de não terem seu território demarcado, os povos indígenas e todos os que habitam aquela comunidade são expostos a toda ordem de violência, seja externa,

praticada por jagunços, policiais e fazendeiros, seja interna, entre eles mesmos. Nesse caso, a briga é geralmente provocada por falta de espaço. Também aumentou o problema de alcoolismo e suicídio: nos últimos dez anos, mais de quatrocentos indígenas tiraram a própria vida num processo de autodestruição.

Organização e luta

Apesar de habitarem o Brasil cerca de 4.000 anos antes da chegada dos colonizadores portugueses, os indígenas ainda precisam lutar para viver em suas terras. Hoje, eles não têm uma organização nacio-



Índios da aldeia Krükutu, em Parelheiros, na zona sul de São Paulo, fazem artesanato.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem hoje cerca de 740.000 indígenas divididos em mais de duzentas etnias. Metade deles vive nas periferias dos grandes centros urbanos, expulsos de suas terras tradicionais.



nal, mas conseguem se mobilizar e isso constitui uma força política importante.

Nos últimos anos houve duas significativas vitórias para o movimento indígena fruto da pressão social. A primeira foi a demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol em 2005, resultado de mais de trinta anos de reivindicação. A outra foi a assinatura da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que desde 1991 assegura aos povos indígenas de todo o mundo o direito à terra, organização e auto-reconhecimento. Essas garantias já estão na Constituição Federal, mas era importante reafirmá-las.

Outro episódio importante foi o encontro dos guaranis no início de 2006, em São Gabriel (RS), no aniversário de 250 anos da morte do líder indígena Sepé Tiaraju. Milhares de brasileiros, paraguaios, argentinos e bolivianos se reuniram para relembrar sua cultura e tirar encaminhamentos para seguir com as articulações.

Fonte ► Extraído do site do MST <http://www.mst.org.br/>

Nelson Guacelli, now mayor of Pontal, was once a landless worker in Rio Grande do Sul.

WORKING THE LAND TO FEED THE PEOPLE



Foto: Jonne Roriz / AE

Brazil is one of the world's biggest producers of food but 1/3 of the population is hungry. The governments of the rich countries and the big corporations say that the only solution to this problem is to have free markets and to develop genetically modified food (GM food). But this is not a simple solution.

In Brazil, a political movement with a different solution exists. The Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – the Landless Rural Workers Movement – is now one of Brazil's biggest popular movements. The MST wants to encourage the poor people of Brazil with land reform and education. The MST takes direct action – it occupies large farms and organizes demonstrations in big cities.

Twenty years ago there was a secret war in the vast interior of Brazil. The war was between poor farmers and rich landowners. Because of this war almost 5 million people lost their houses in the 3 southern states of Brazil. They became

sem terra or landless. Many people who protested against the situation were assassinated. Between 1981 and 1984, 277 leaders, union officials and rural workers were assassinated. The MST was born in this climate of violence. It wasn't easy.

They invaded big farms not in use. They copied the big farms style of administration, using pesticides and fertilizers, but it was not successful. They became sick with the chemicals. The soil was exhausted. Slowly the families began to use more traditional forms of planting and decided to plant the necessary to live.

The Brazilian government's reform program distributed land to 260,000 families, but in the same period (1995-1999) more than 1 million small farmers lost their land because of the pressure of the market. Only the big exporters of soybeans, coffee and orange juice and the multinational companies are successful.

Fonte ► www.onestopenglish.com
The Guardian Weekly, 4/7/2002, page 22



GLOSSARY

Ago. atrás/passados

Became. tornou-se/tornaram-se

Between. entre

Biggest. maior/maiores

Chemicals. produtos químicos

Country. país

Farm. fazenda

Food. comida

Free markets. mercados abertos

Hungry. ter fome/faminto

Land. terra

Landowners. latifundiários

Lost. perdeu/perderam

Now. agora

Orange juice. suco de laranja

Poor farmers. fazendeiros pobres

Rich. rico

Sick. doente

Soil. solo

Soybeans. grãos de soja

To develop. desenvolver

War. guerra

O SERINGUEIRO VALENTE QUE SANGROU A SERPENTE DA MISÉRIA

A vida do seringueiro
Nunca foi de brincadeira.
Enquanto a borracha
Fazia de poucos a riqueza,
O nortista sofria,
Na floresta traiçoeira
Sujeito à fome e à estação,
Deu à economia brasileira
Com seu próprio sacrifício,
Um precioso empurrão.
Mas foi-se o tempo da fama
Adeus capital da borracha,
Adeus Manaus européia
A seringueira foi levada
Para as matas do Oriente
Passou a fazer a fortuna de
Outras terras, outras gentes.
Ficou o seringueiro isolado
Sozinho e desconsolado
Nas garras da miséria serpente.

Fonte ► Livinho FBB, *Fome Zero*, extraído do site:
www.cidadania-e.com.br



Depois de ultrapassada por países orientais, a borracha brasileira ensaia uma recuperação com tecnologia apropriada ao método extrativista

De maior exportador de borracha natural no início do século 20, o Brasil passou a uma posição secundária no mercado mundial. Com isso, milhares de famílias de seringueiros abandonam a atividade e passam a engrossar as periferias das cidades. Para enfrentar esse problema, desde 1985, a Tecbor, Tecnologia Alternativa para Produção de Borracha na Amazônia, desenvolve com o seringueiro, por meio de técnicas simples, a Folha de defumação líquida, FDL, borracha natural de alta qualidade e valor.

A borracha apagando problemas sociais

O projeto propicia conservação ambiental e fortalecimento das comunidades da floresta – cerca de 210 famílias são beneficiadas nos estados do Acre, Rondônia, Pará e Amazonas. A produção desse tipo de borracha rende um salário mínimo mensal por seringueiro.

Foto: Herton Escobar / AE



Seringueiro Donildo Lopes do Santos, da floresta nacional dos Tapajós

FALANDO SÉRIO

Luis Fernando Verissimo

Ele disse:

– Ora, reforma agrária...

Ela disse:

– Vai dizer que você é contra?

Ele tentou cair fora:

– O assunto é muito complexo.

Ela insistiu:

– Espera um pouquinho.

– Dá um beijo, vai.

– Espera. Isto é importante. Eu quero saber.

– O quê?

– A reforma agrária. Você é contra?

– Por quê? Você é a favor?

– Mas só sou.

– Você quer que o velho divida as terras dele?

– Seu pai é latifundiário?

– Tremendo lati.

– Eu não sabia!

– Tem muita coisa a meu respeito que você ainda não sabe, boneca.

Vem cá que eu te mostro...

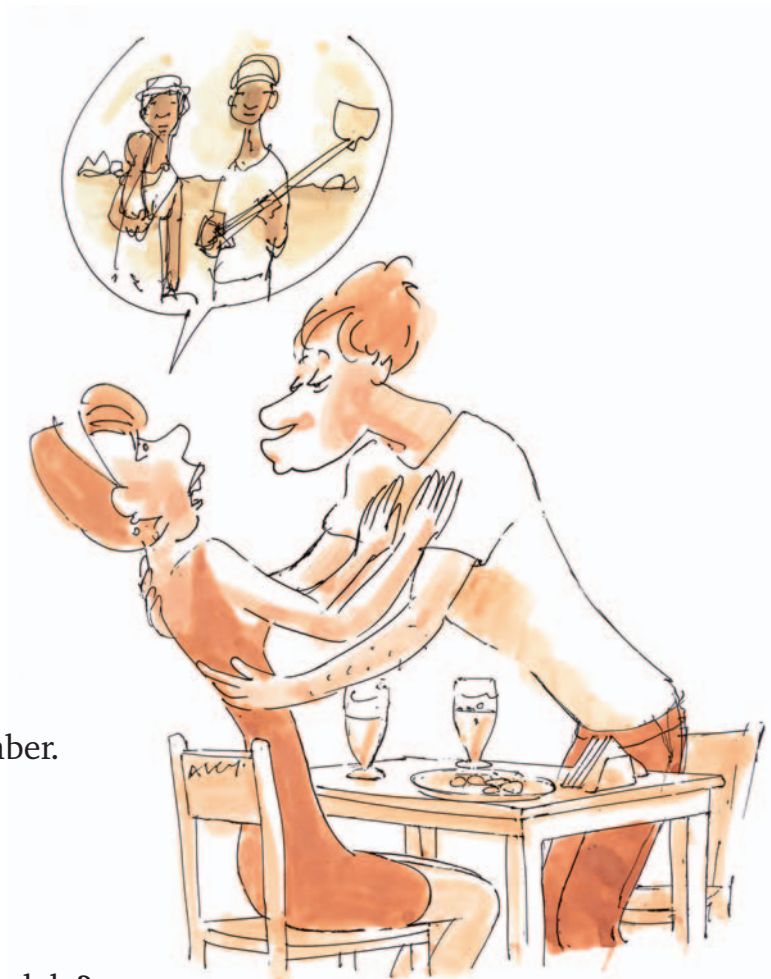
– Espera. Falando sério.

– Dá uma beijoca.

– Falando sério, pomba.

– Está bem. O que você quer saber?

– Seu pai. Quantos hectares ele tem? Ou acres? É acres ou hectares?



- E eu sei? Nunca fui lá.
- Quantos?
- Um monte.
- Mais ou menos?
- Olha, eles pegam no jipe da fazenda e, num dia, não conseguem chegar ao fim das nossas terras.
- Meu Deus do céu!
- É que o jipe quebra sempre. Dá um beijo, poxa.
- Pára.
- Vem cá, mulher!
- Não vou. Olha, nunca pensei, viu?
- O quê? Que o meu velho fosse fazendeiro? Como é que você pensa que eu tou pagando a faculdade? E o carro? E o apartamento? E as nossas alianças de noivado?
- Ele tem terra improdutiva?
- Tem. Exatamente a parte que ele está guardando pra me dar quando eu casar. A nossa terra, amor.
- Mas... E o seu discurso?
- Bom...
- Até eu achava radical. E olha que eu sou meio PT.
- Não vamos brigar por causa disto.
- Tudo o que você vive dizendo. Justiça social...
- Confere.
- A insensibilidade dos ricos no Brasil.
- Mantenho.
- Os escândalos dos sem-terra num país deste tamanho.
- Sustento.
- Vem cá. Outra noite, aqui mesmo, neste bar, você disse que toda a propriedade é um roubo. Eu achei bacanérrimo.
- Foi uma frase que me ocorreu na hora. Mas escuta...
- E agora vem dizer que é contra a reforma agrária.
- Eu não sou contra a reforma agrária. Teoricamente, sou a favor.
- E então?
- Você não entende? Agora não é teoria. Agora são as terras do velho!

OS PRIMEIROS GRITOS DO CAMPO



Acervo: Iconografia

Os movimentos organizados do meio rural começaram no meio do século passado em torno da reforma agrária e dos direitos trabalhistas dos camponeses



Do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (I CNLTA), reunido em 17 de novembro de 1961, em Belo Horizonte, resultou uma Declaração sobre o Caráter da Reforma Agrária proposta na época pelo que os congressistas, em sua declaração, chamavam de "forças retrógradas da Nação" e às quais imputavam o objetivo de adiar por mais algum tempo a liquidação da propriedade latifundiária.

O documento baseava-se em números contundentes: o Brasil tinha 2,65 milhões de propriedades rurais para uma população de

Desigualdade no campo



38 milhões de habitantes vivendo no campo, e 3,39% das propriedades cadastradas, cerca de 70.000 delas, se estendiam por nada menos de 62,33% da área total ocupada do país.

O congresso exigia, ainda, a extensão da proteção da Consolidação das Leis do Trabalho a todos os trabalhadores rurais do país. Esse pedido seria parcialmente atendido no ano seguinte, 1962, ainda durante o governo João Goulart, com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural.

Fonte ► Publicado originalmente na revista Estudos Sociais, abril de 1962



CRESCE O CULTIVO ORGÂNICO EM SANTA CATARINA



No país, Santa Catarina está despon-
tando, pelas suas características fun-
diárias, sociais e culturais, como o es-
tado em que a agricultura sustentável e
agroecológica possui condições para atingir
um grande número de agricultores, sobre-
tudo, aqueles oriundos da pequena agricul-
tura familiar, que perfaz praticamente 90%
do total de agricultores.

Texto 19 / Agroecologia

Investir na produção agroecológica significa acompanhar o que a sociedade está demandando, não só do mercado, mas também das instituições públicas. A agricultura agroecológica e sustentável, além de diminuir a contaminação ambiental, traz mais saúde, tanto para os produtores rurais, como também para os consumidores. Em geral reduz os custos de produção, utiliza mais os recursos existentes na propriedade e torna o produtor menos dependente de insumos

externos. Na área social, ajuda a manter o homem no campo, pois a tendência é utilizar mais o trabalho, e com isso agrega mais a família, valoriza o trabalho e traz dignidade ao ser humano.

Vale ressaltar, que o desenvolvimento da produção agroecológica em SC e no Brasil deve-se, em muito, ao pioneirismo de grupos e associações de agricultores como a Coolméia, Abio, AAO, Apaco, Cepagri, Biorga, Acevam, Vianeí, Apremavi, Agreco, etc.

O potencial catarinense

15% a 20%
é o crescimento
estimado do setor



Número de associações



Mais recentemente, com a criação da Rede Ecovida, que congrega dezenas de associações agroecológicas no Sul do Brasil, a agroecologia ganhou novo vigor.

Políticas Públicas

A agroecologia é uma das propostas do atual programa do governo estadual (Plano 15), e é estratégica para o Projeto Microbacias II, pois, por não depender de recursos externos, é a alternativa mais viável para os agricultores mais descapitalizados, público preferencial deste projeto coordenado pela Epagri. Por estes e outros motivos, a demanda por esta alternativa começa a se desta-

car na maioria dos planos de desenvolvimento das microbacias elaborados até o momento (são 105 mil famílias a serem assistidas e prevê-se a criação de 936 associações, sendo 10 grupos indígenas).

A merenda escolar orgânica, importante ação sócio-econômica e cultural, também faz parte do plano de governo atual, através da Secretaria Estadual de Educação e Inovação, sendo atualmente atendidas 56 mil crianças em mais de 100 escolas básicas estaduais. As universidades, tanto estadual (UDESC), federal (UFSC) e privadas (Univali, UnoChapecó, Universidade do Contestado, Unisul, Furb) já possuem li-

Foto: Epitácio Pessoa / AE



Manoel Pequeno Lipra, 44 anos, colhendo alface sem agrotóxico na fazenda Yamaguishi

2.000 famílias
cultivam produtos orgânico
atualmente no Estado



36 mil toneladas
é a produção anual, o que
equivale a US\$22 milhões

Fonte: EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.)



nhas acadêmicas em agroecologia e desenvolvem importantes trabalhos na área, com benefícios diretos à sociedade.

No Projeto Agroecologia, conduzido pela Epagri, atualmente trabalham 06 PhDs, 20 Mestres, 09 BSc, sem falar em outros Projetos da Empresa que já pesquisam com enfoque agroecológico, como o de Arroz, Hortaliças, Fruticultura de Clima Temperado, Plantas Bioativas, Bovinocultura, Manejo do Solo, entre outros. Além dos pesquisadores, um crescente número de extensionistas tem tido cada vez mais parte de seu tempo demandado pelos produtores na assistência em pro-

dução orgânica e agricultura sustentável.

Só o Projeto de Agroecologia da Epagri já treinou e qualificou mais de 2.000 agricultores, desde a sua criação oficial em 1998, e também capacitou 350 técnicos até 2004. A agroecologia, por sua própria natureza, é integradora. Ela ajuda a congrega extensão, pesquisa, ensino e agricultor. E é cada vez maior a articulação dos vários segmentos representativos da sociedade, como sindicatos, ongs, prefeituras, universidades, extensão rural, cooperativas, pesquisa agropecuária, etc.

Fonte ► Extraído do site: <http://www.epagri.rct-sc.br/epagri>

BANANEIRA CAPIXABA

VIRA MATÉRIA-PRIMA PARA ARTE

No Espírito Santo, fibras dos troncos das bananeiras viram peças de artesanato e garantem uma nova fonte de renda.

Elizabeth Rovetta sempre acompanhou o marido na colheita da banana. Uma vida dura e o retorno nem vale a pena...

“Fica muito difícil para a gente trabalhar o dia todo na roça, com três crianças para cuidar. O que a gente colhe, chega no final do mês, não dá para pagar as contas”, reclama a agricultora Elizabeth.

Para melhorar as condições de vida da comunidade, o Sebrae fez uma parceria com a prefeitura de Iconha, no Espírito Santo. Há pouco mais de doze meses, foi criada uma associação de artesãs. As agricultoras aprenderam a transformar a fibra da bananeira em bolsas, cumbucas, fruteiras e peças de decoração. Elas ainda vão para a roça. Mas, em vez de colher a fruta, levam embora o tronco.

“A gente corta o pé que produziu cachos. O produtor colhe os cachos para a venda e a gente, então, aproveita a matéria-prima, que é o pé, que seria jogado fora”, explica a artesã Ana Lúcia Biss.

Da casca, as artesãs tiram cinco tipos diferentes de fibras, ideais para trançados ou decoração. O miolo do pé da banana depois vai ser transformado numa massa consistente para o artesanato.

O miolo é cortado, triturado e prensado. As artesãs moldam na massa diversas



Foto: Luciano Coca / AE

Mulheres transformam a fibra de bananeira em peças de artesanato e decoração.

peças. Para fazer cestas e bolsas, é preciso habilidade no trançado das fibras. Depois, o artesanato é decorado com pigmentos naturais extraídos de plantas e desenhos regionais.

“Nós tentamos resgatar as heranças culturais daqui do município, que são indígenas, portuguesas e italianas. Nos inspiramos em coisas do município mesmo. Olhamos o piso da casa da cultura, que foi preservado, foi todo restaurado, foi mantido”, conta a artesã Valdete Almeida.

Por enquanto, cada artesã ganha R\$ 50 por mês. Mas, a idéia é divulgar o produto para ampliar o mercado. A associação está produzindo peças para mostrar em exposições na Itália e na Espanha.

“Para nós, estar no mercado internacional é muito bom, porque o produto é ecologicamente correto e isso é muito bem visto lá fora”, diz a diretora municipal de Cultura, Maria Helena de Mattos.

“Nós vamos ter aqui um núcleo bastante fortalecido, consolidado, e fazendo a diferença para o estado do Espírito Santo”, acredita Maria Angélica Fonseca, consultora do Sebrae.

A comunidade vende seus produtos em feiras de artesanato realizadas em São Paulo, em capitais do Nordeste e num *shopping center* na grande Vitória. O artesanato feito a partir da bananeira chama a atenção dos compradores porque todo o material usado nas peças vem da natureza. “Eu me surpreendi. O material de que é feito e pessoas que têm um talento desses para construir, para elaborar com tanta delicadeza. Eu acho que isso também valoriza muito o produto”, observa a consumidora Ana Oliveira.

Adaptado do site www.casosdesucesso.sebrae.com.br

MESMA VIDA SEVERINA

*Através do sertão,
do agreste e da
Zona da Mata
de Pernambuco,
refazendo os
passos de Severino,
protagonista de
Morte e Vida
Severina, de João
Cabral de Melo
Neto, constata-se
que pouco mudou
nos últimos
45 anos.*

Por Leonardo
Sakamoto

Nascente do rio Capibaribe no município de Poção. Refazer os caminhos do retirante Severino, protagonista do auto de Natal *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto foi o objetivo de uma viagem ao sertão pernambucano, para verificar, 45 anos depois, como está aquela gente de vida difícil que virou poesia nas páginas do livro.

Há poucas referências dos locais de passagem de Severino na obra. Seu ponto de partida, a serra da Costela, próximo ao território paraibano, é um local fictício, diz Eduardo Pazera, professor de geografia da Universidade da Paraíba. Como início de jornada, tomamos então a nascente do rio Capibaribe, na serra do Jacarará, município de Poção – também nos limites com a Paraíba. O próprio João Cabral, no poema *O Rio*, que conta a jornada do Capibaribe até sua foz, também começou a história naquele lugar. De lá, foi só seguir as cidades à margem do rio até Recife.

Parte da jornada foi feita a pé, parte no lombo de mototáxi, jipes-lotação, caminhões, ônibus e tudo o que tivesse rodas.

Francisco Chinu é dono de um pedacinho de terra à beira da nascente do Capibaribe. O rio brota protegido por uma mata e vai escorrendo até formar uma lagoa, turva e espessa, tal qual na foz, em Recife. Graças ao olho-d'água que mantém a terra eternamente úmida, aquele lugar não conhece êxodo. Francisco, nove filhos, está lá há 56 anos. “E meu pai já morava aqui há uns 80.”

Parido, o rio começa a descer a serra do Jacarará, margeando pequenos sítios e casas de taipa. Por graça dos céus, este ano veio chuva. Chuva para plantar e fazer cultura. Nos últimos invernos, a região via apenas nuvens acumularem-se no



céu, sem soltar um pingo sequer de água. “Na época da seca, eu atendia mais de dez casos de crianças com diarreia por semana”, lembra com certo alívio Ivonete Carneiro, agente de saúde do povoado de Sobrado. A ação desses profissionais, membros treinados da própria comunidade, foi fundamental para que a mortalidade infantil diminuísse no nordeste.

“– E se somos Severinos/ iguais em tudo e na vida,/ morremos de morte igual,/ mesma morte severina:/ que é a morte de que se morre/ de velhice antes dos trinta,/ de emboscada antes dos vinte,/ de fome um pouco por dia.”

Para se ter uma idéia, em São José da Tapera, interior de Alagoas, considerado pela ONU o município mais pobre do Brasil, a taxa era de 147,94 mortes para cada mil nascidos (Angola, há décadas em guerra civil, apresenta 170 para mil). Com a ação dos agentes de saúde, estimativas não oficiais apontam queda da taxa de mortalidade em São José da Tapera para perto de cem. A mesma estimativa pode ser aplicada a todo o sertão e agreste: morrem menos crianças, mas ainda se morre de uma forma vergonhosa.

Pelo menos em Sobrado, as campanhas de vacinação e educação de mães têm surtido efeito. “Antes, quando chegava maio, as pessoas murmuravam: ‘É mês de morrer criança’. Agora, maio é um mês igual aos outros.”

Depois de um ziguezague interminável, com estradinhas de terra precárias e rochas nuas despontando do chão, atinge-se outro povoado, o de Jacu. A seca de 98 e 99 extinguiu o açude que abastecia a região. Os caminhões-pipa não davam conta da demanda. No lugar da água, uma fina camada de pó. Outro problema é o emprego. Muitos jovens abandonam suas casas e seguem rumo a São Paulo para tentar a sorte na construção civil, em fábricas, no comércio ambulante ou em qualquer ocupação que admita mão-de-obra não especializada. Uns guardam algum dinheiro e voltam. Adaílto conseguiu

Texto 21 / Trabalhadores sem terra

até montar um negócio, uma pequena venda na rua principal. “Boa parte das pessoas fica aqui até o dinheiro acabar”, diz ele. Depois, o fluxo segue em direção ao sul novamente.

Outros não conseguem voltar e ficam para sempre, muitos deles engrossando o contingente de favelados das grandes capitais.

Povoado de Jacu, município de Jataúba

– O meu nome é Severino,/ não tenho outro de pia./ Como há muitos Severinos,/ que é santo de romaria,/ deram então de me chamar/ Severino de Maria;/ como há muitos Severinos/ com mães chamadas Maria,/ fiquei sendo o da Maria/ do finado Zacarias.

Zacarias contraiu um empréstimo no Banco do Nordeste e não sabe como pagar. Ao contrário do personagem do poema de João Cabral, este não é coronel nem dono de nenhuma sesmaria, mas, sim, de um pequeno pedaço de chão e de umas três cabeças de gado que comprou com o dinheiro emprestado. Os juros são muito altos, e ele não sabe mais o que fazer. Opções até existem: devolver tudo e tocar para São Paulo, contrair outra dívida para pagar a primeira e rezar pela prosperidade (opção, aliás, preferida pela maioria dos pequenos produtores rurais brasileiros) ou simplesmente não fazer nada e esperar os credores tomarem tudo. Afinal de contas, o governo prefere doar cestas básicas (agora sem o leite) a estruturar melhores condições para o crédito agrícola.

Ele está entre os que ficam de fora até da esmola governamental e dependem de doações da iniciativa privada. Entre os municípios de Jataúba e Santa Cruz do Capibaribe há um aterro sanitário que serve a moscas, urubus e seres humanos de vários tamanhos e idades. Cláudio Emiliano é um deles.

Trabalhava no corte da cana-de-açúcar na cidade de Goiana, na Zona da Mata pernambucana. Pelo serviço tirava



R\$ 100 por mês, mas só havia trabalho para seis meses. Para sobreviver na outra metade do ano, começou a catar lixo reciclável no aterro de Goiana. “Mas o prefeito expulsou todo mundo que fazia isso e mandou cercar o lixão.” Cláudio veio para Santa Cruz do Capibaribe e resolveu ficar de vez. Construiu uma casa no meio do aterro, com material abandonado no lixo.

“Eu ficava mais doente lá do que aqui.” Apesar do cheiro azedo e das moscas que rondam a comida exposta ao ar, ele consegue tirar mais que o dobro (R\$ 240) com a reciclagem do lixo do que com o corte da cana.

Há tempos que a agricultura deixou de ser o grande motor daquela região. Cidades como Santa Cruz do Capibaribe e Toritama aproveitaram a entrada de indústrias têxteis em Caruaru e viram proliferar fabriquetas, confecções e outros negócios ligados ao vestuário. Muitos moradores pegavam trabalho terceirizado de empresas maiores, como costurar calças e pregar zíperes e botões. Isso aconteceu há tempos. Hoje, o emprego que já atraiu ônibus de trabalhadores de outras regiões anda em baixa. A pequena Toritama, com quase 18 mil habitantes, vê a cada dia sua favela crescer. Retirantes de outros lugares que vislumbraram na cidade uma possibilidade de prosperar moram em casas de pau-a-pique.

José Clementino da Silva ocupa uma delas, vive de bicos nas fábricas de roupas – quando aparecem –, mas diz que não arreda pé. Mesmo na última seca, quando tinha de pagar a atravessadores R\$ 50 por cada 400 litros de água. “Isso para lavar roupa e fazer comida. Para beber, a gente dava 50 centavos para cada lata de água.” O dinheiro ganho no serviço literalmente se esvaía.

Os sem-terra

Toritama é a única cidade, citada nominalmente por João Cabral, que é passagem de Severino em sua caminhada para

Texto 21 / Trabalhadores sem terra

Recife. O retirante foi ajudar em um enterro de outro Severino, morto à bala por defender um pedaço de terra.

“— E onde o levais a enterrar,/ irmãos das almas,/ com a semente do chumbo/ que tem guardada?/ – Ao cemitério de Torres,/ irmão das almas,/ que hoje se diz Toritama,/ de madrugada./ – E poderei ajudar,/ irmãos das almas?/ vou passar por Toritama,/ é minha estrada./ – Bem que poderá ajudar,/ irmão das almas,/ é irmão das almas quem ouve/ nossa chamada./ – E um de nós pode voltar,/ irmão das almas,/ pode voltar daqui mesmo/ para sua casa.”

Maria da Silva é a coveira do cemitério de Toritama. Teve nove filhos, dos quais enterrou quatro. Ela é pau-para-toda-obra, do enterro à exumação. “Morre-se muito de bala ainda hoje. É muito triste.”

À beira da estrada que vai para Vertentes, estacas são presas ao chão, e lonas estendidas. No dia 16 de julho, 800 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) ocuparam uma fazenda ali. Na verdade, um grande terreno baldio dominado pelo mato e onde não há sinal de produção...

Muitos vieram parar no MST fugindo de trabalho semi-escravo em granjas, criadouros de gado ou confecções no município de Caruaru. Um açude garante água para os acampados, que querem que três fazendas sejam desapropriadas, num total de 10 mil hectares. Os donos dessas terras seriam, de acordo com eles, latifundiários que possuiriam outras fazendas além dessas. De acordo com Marcelo dos Santos Silva, um dos coordenadores do acampamento, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) foi quem indicou a fazenda que poderia ser ocupada e desapropriada por não ter feito o recadastramento de propriedades rurais corretamente.



“O governo FHC quer assentar 5 mil famílias no agreste. Queremos que sejam pelo menos 9 mil, e vamos lutar por isso”, completa Marcelo. “Como estamos em ano eleitoral, acredito que dentro de cinco a seis meses a posse da terra seja transferida para nós e que montemos um assentamento.” Em todo o estado de Pernambuco, de Petrolina a Recife, há 96 acampamentos como aquele aguardando também sua vez.

A idéia é plantar palma, algodão e um roçado de subsistência—se o tempo e o clima permitirem, é claro.

Essas pessoas não conhecem a história de Severino nem o poema de João Cabral, apesar de em toda a jornada não haver personagens tão fiéis à idéia da obra como lá. Em um dia de chuva repentina, reunidos em roda, contei-lhes a história do retirante que sai em busca do direito de lavar, produzir e trabalhar. Eles perceberam a similaridade, apesar de quase meio século de separação. José Antônio Vereda, de apenas 17 anos, um dos secretários do movimento, fixou os olhos no livro.

“— Pois fui sempre lavrador,/ lavrador de terra má;/ não há espécie de terra/ que eu não possa cultivar...”

“Olha, emprego até tem. Mas eu lhe pergunto: a vida é só comer? Como se sente um pai que não pode dar um sapato para o filho descalço? Nenhum pai quer deixar o filho em dificuldades. Por que não podemos construir um futuro melhor para que nossos filhos produzam para eles mesmos?” Boa pergunta.

“— Essa cova em que estás,/ com palmos medida,/ é a conta menor/ que tiraste em vida./ — É de bom tamanho,/ nem largo nem fundo,/ é a parte que te cabe/ deste latifúndio./ — Não é cova grande./ é cova medida,/ é a terra que que-rias/ ver dividida.”

Esperança na barragem

Cortada pelo Capibaribe está Frei Miguelinho, a “capital dos garçons”. A cidade ganhou esse apelido devido ao fato de

Texto 21 / Trabalhadores sem terra

muitos bares e restaurantes de São Paulo e Recife empregarem pessoas de lá. O êxodo ali também é muito grande. Visitando os povoados do município, sente-se a falta de jovens andando pelas ruas. No vilarejo de Placa, só se avistam velhos e crianças.

O prefeito Ivanildo de Oliveira informa, tristemente, que o fenômeno não ocorre só em Frei Miguelinho, mas em toda a região. Muitas famílias colocaram as casas à venda, para ir embora com o dinheiro.

A maioria, porém, não esperou, e é comum ver casas abandonadas, com inscrições de “Vende-se”, em que o capim cresceu tanto que cobriu portas e janelas.

O rio é bem raso nessa região. Dá até para um carro atravessar sem dificuldades. No verão, essa parte do Capibaribe fica intermitente, com pequenas lagoas se alternando com grandes bancos de areia. Quando Severino fez sua jornada, pensou até em interrompê-la quando o rio também parou a sua. Uma obra no município de Surubim, porém, dezenas de quilômetros à frente, vai transformar o rumo das coisas.

Finalizada em 1998, a barragem de Jucazinho – uma parede gigantesca de concreto, com 63 metros de altura por quase meio quilômetro de largura – está represando as águas do Capibaribe. O lago, depois de pronto, vai ter 25 quilômetros de extensão e 327 milhões de metros cúbicos de água. Com ele, surgirão ilhas no agreste, e jangadas e saveiros serão levados para o interior de Pernambuco. Cidades como Couro Dantas, Capivara e Trapiá já foram clonadas metros acima e seus habitantes transferidos antes que as águas tomassem conta de tudo. A lâmina d’água de Frei Miguelinho vai crescer até atingir uma altura equivalente à de um prédio de quatro andares. O lago deve chegar até a entrada do município de Toritama. Ou seja, até ali, o Capibaribe permanecerá intermitente, e o sertão vai continuar conhecendo um rio de areia no verão.

Adutoras estão sendo construídas para levar água às cidades da região, de Caruaru a Vertentes, já no ano que vem.



“A idéia é perenizar o Capibaribe, que em certas épocas do ano deixa de correr devido à seca, pelo menos daquele ponto para baixo. Abastecer cidades e povoados, irrigar, instalar criadouros de peixe e camarão”, explica Teomílson Cunha, um dos engenheiros da obra. Mas o lago pode secar? “Só se houver mais de cinco anos de seca brava.” De acordo com estimativas do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs), responsável pela construção, serão beneficiados mais de 780 mil habitantes, a um custo de R\$ 61 milhões.

Pelo menos nesse pedaço, o Capibaribe ganha ares de São Francisco.

“– Bem me diziam que a terra/ se faz mais branda e macia/ quanto mais do litoral/ a viagem se aproxima./ Agora afinal cheguei/ nesta terra que diziam./ Como ela é uma terra doce/ para os pés e para a vista./ Os rios que correm aqui/ têm água vitalícia. (...)/ Mas não avisto ninguém,/ só folhas de cana fina;/ somente ali à distância/ aquele bueiro de usina/ somente naquela várzea/ um bangüê velho em ruína./ Por onde andaré a gente/ que tantas canas cultiva?/ Feriando: que nesta terra/ tão fácil, tão doce e rica,/ não é preciso trabalhar/ todas as horas do dia,/ os dias todos do mês,/ os meses todos da vida.”

Desfiando o rosário de cidades abaixo, chega-se à Zona da Mata. Terras que já foram mar, mar verde, de tanta cana-de-açúcar plantada. Porém, de São Lourenço da Mata até além de Limoeiro, hoje amargam a decadência das usinas. Morros cobertos de capim à espera de plantação, que não vem pela falta de dinheiro, ao mesmo tempo que não vão para a reforma agrária por pura especulação e mesquinharia.

Nos tempos de Severino, dezenas de chaminés de usina vomitavam fumaça dia e noite para dar conta da cana tritura-da nas moendas e queimada nos bueiros (fornalhas onde a

Texto 21 / Trabalhadores sem terra

cana é queimada). Tradição histórica que vem da época dos engenhos, casas-grandes e senzalas nesta terra de Gilberto Freyre. Dizia-se que as usinas consumiam gente. Ruim com elas, pior sem elas. O fechamento de muitas deixou centenas de cortadores de cana sem ter o que fazer. Eles passam a tarde jogando dominó nas praças dos vilarejos, esperando aparecer alguma coisa. Ou seguem o rio até Recife para ser cobradores de ônibus, vendedores ambulantes ou exercer um sem-número de atividades sem carteira de trabalho assinada.

“As usinas estão fechando, falindo. E, para piorar, os cabras estão botando máquina pra tudo: é máquina pra colher, pra plantar, pra adubar. Gente não é mais necessária”, reclama Nelson enquanto aguarda sua vez na mesa de dominó na vila de Desterro. No lugarejo há olarias, que não dão conta de empregar todo mundo. Muito menos as usinas Petribu e São José, na cidade de Carpina. Do mesmo proprietário, são as maiores ainda em funcionamento em toda a região.

Às margens do Capibaribe, encontra-se o que já foi a usina Mussurepe, uma das maiores de Pernambuco, que empregava mais de 600 funcionários no seu apogeu e criou uma vila a seu redor que quase ganhou *status* de cidade. Resta hoje um esqueleto de metal, enferrujando com o tempo.

“Fechou por causa da má administração”, lembra Genésio Ribeiro da Silva, ex-escriturário da usina. “A última moagem foi no dia 21 de dezembro de 1993, mas as dívidas com o INSS e os impostos atrasados e não pagos permanecem até hoje.” Aos poucos, toda a parafernália de metal foi sendo desmontada e vendida.

“Parte da usina foi comprada por um pessoal de Araraquara, em São Paulo. Dizem que renasceu lá, está bonita. Pelo menos continua viva em algum lugar, né?” Outra parte foi para o Ceará e está na fábrica de aguardente Ypioca. A moenda está penhorada pelo Banco do Brasil.

Reza a tradição da região que nenhum bueiro de usina



pode ser demolido. Tem de cair sozinho para não trazer desgraça. Prova disso é que todas as usinas que faliram e tiveram suas dependências vendidas para a instalação de olarias ou outras indústrias mantiveram de pé os bueiros de tijolos.

Segundo Genésio, na época da dissolução da Mussurepe, parte das terras foi para os trabalhadores da usina. “Mas o pessoal não teve orientação nem crédito para plantar e acabou perdendo tudo. Outros gastaram na farra e depois ficaram na miséria.” Hoje nomes de coronéis e de gente rica estão estampados nos certificados de propriedade.

Na década de 1980, quando a dívida com os bancos atingiu índices estratosféricos, “os trabalhadores chegaram a arrancar as tábuas da ponte sobre o Capibaribe para impedir que a usina fosse desmantelada e agüentasse um pouco mais”, lembra Severino Soares de Lima Filho, de 31 anos. Seu pai trabalhou na Mussurepe desde 1918, sete anos após o engenho de cana do século 19 ter virado usina. Nascido em 1898, casou três vezes e teve 28 filhos - fora os perdidos pelo mundo. Hoje, Severino, o filho, trabalha com mototáxi na cidade de Pau d’Alho.

“– Mas não senti diferença/ entre o Agreste e a Caatinga,/ e entre a Caatinga e aqui a Mata/ a diferença é a mais mínima./ Está apenas em que a terra/ é por aqui mais macia;/ está apenas no pavio,/ ou melhor, na lamparina:/ pois é igual o querosene/ que em toda parte ilumina,/ e quer nesta terra gorda/ quer na serra, de caliça,/ a vida arde sempre com/ a mesma chama mortíça.”

Extraído do site www.reporterbrasil.com.br

A SAGA DE JOSÉ LOURENÇO

Desapropriação da comunidade do Caldeirão, onde sertanejos buscavam a liberdade em comunidade autônoma no semi-árido cearense, completa 70 anos. Expulsão das famílias foi seguida por massacre em que morreram cerca de 700 pessoas

Texto e fotos
de João Mauro
Araújo, especial
para a Repórter
Brasil

Em 11 de maio de 1937, um ruído no céu da chapada do Araripe assustou os camponeses. Com medo, eles tentavam se esconder entre as árvores enquanto máquinas voadoras deslizavam pelos ares daquela região do Cariri, no sul do Ceará. Homens, mulheres e crianças fugiam de algo que, com certeza, viam pela primeira vez. O desespero foi ainda maior quando os aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) começaram a metralhar. Muitos ali devem ter sussurrado o derradeiro pai-nosso. Outros nem tiveram tempo para tanto.

Quarenta anos após o massacre dos sertanejos liderados por Antônio Conselheiro, em Canudos, na Bahia, e 20 anos depois da Guerra do Contestado, episódio com desfecho semelhante ocorrido nos estados do Paraná e de Santa Catarina, as tropas de diferentes esferas do poder público novamente uniam forças para abater humildes agricultores brasileiros. Desta vez, as vítimas pertenciam à comunidade do sítio Caldeirão, cujo líder era o beato José Lourenço.

Naquele dia, a polícia militar do Ceará e os aviões enviados pelo Ministério da Guerra exterminaram nordestinos religiosos e pacíficos que por dez anos tinham buscado apenas uma forma de sobreviver às mazelas da vida sertaneja: seca, fome, coronelismo... Em 21 de março de 2005, o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Ceará (Coepa) tombou uma área de 60 hectares pertencente ao núcleo do que um dia foi o sítio Caldeirão. Com isso, o governo estadual tenta corrigir um erro histórico,

reconhecendo a importância do episódio em que migrantes, principalmente do Rio Grande do Norte, viveram uma utopia de igualdade e auto-suficiência baseada na fé cristã. A medida, porém, não pôde reparar a morte dos 700 – 400, segundo dados oficiais – seguidores de José Lourenço, discípulo do padre Cícero.

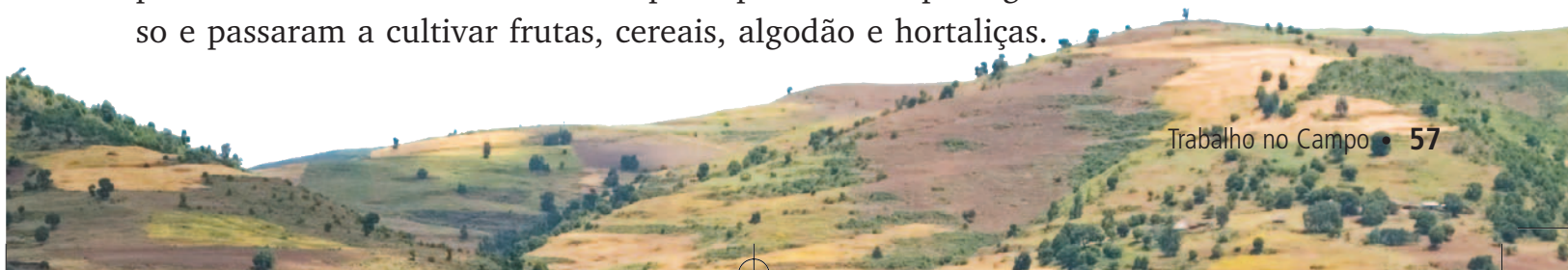
Formação

Assim como em Canudos, a população do Caldeirão era formada por sertanejos que viam o misticismo como única alternativa para a sobrevivência no semi-árido.

Longe do litoral nordestino, um emaranhado de crenças – cristãs e pagãs – caracterizava a religiosidade popular das terras secas nas primeiras décadas do século 20. Sem contar com assistência do Estado e da Igreja para enfrentar as dificuldades de sobrevivência, os sertanejos tinham poucas opções, como o canção, o trabalho semi-escravo nos latifúndios dos coronéis ou o misticismo. Assim, Virgulino Ferreira da Silva se tornou o "Lampião". E Antônio Vicente Mendes Maciel, o "Conselheiro".

Quando deixou seu lar para trabalhar em fazendas de gado próximas à sua cidade, no estado da Paraíba, José Lourenço Gomes da Silva era ainda jovem. Ao retornar para casa, após anos de ausência, soube que seus pais haviam mudado para Juazeiro do Norte, no Ceará – lugar que se tornara um pólo de atração devido à fama do padre Cícero.

Em 1890, já novamente ao lado de sua família, José Lourenço acabou conquistando a amizade do famoso sacerdote. Depois de viver alguns anos nas proximidades de Juazeiro e de integrar algumas seitas de penitentes – pessoas que rezavam em cemitérios pelas almas do purgatório e que praticavam autoflagelação para se purificar dos pecados –, o paraibano arrendou o sítio Baixa Dantas, onde formou uma comunidade. De 1894 a 1926, ali foi desenvolvida sua primeira experiência de trabalho coletivo igualitário. Enxada na mão, José Lourenço e seus companheiros enfrentaram o desafio imposto pelo terreno pedregoso e passaram a cultivar frutas, cereais, algodão e hortaliças.



Texto 22 / Igualdade e auto-suficiência

A comunidade crescia à medida que muitas famílias chegavam a Juazeiro – a "meca sertaneja" - sem ter trabalho ou moradia e eram encaminhadas pelo padre Cícero aos cuidados do beato.

Apesar dos progressos no Baixa Dantas, a vida dos moradores do lugar não foi isenta de percalços. Em 1921, surgiu o boato de que o boi doado pelo padre Cícero para melhorar a raça do gado local estava sendo adorado pela comunidade. Floro Bartholomeu, chefe militar de Juazeiro, prendeu José Lourenço por 18 dias e matou o boi, num ato denominado por ele de "combate ao fanatismo". Anos depois, o beato enfrentaria outra situação intrincada. O sítio em que a comunidade vivia foi vendido, e o novo proprietário expulsou os camponeses sem qualquer indenização.

Diante desse problema, o padre Cícero encaminhou José Lourenço e seus seguidores à sua fazenda Caldeirão dos Jesuítas. A aridez do lugar, limitado ao norte pela caatinga e ao sul pela floresta do Araripe, não desanimou o hábil grupo de lavradores que havia trabalhado por 32 anos no Baixa Dantas. Tocado como um projeto coletivo, logo o Caldeirão começou a se transformar.

Famílias de todo o nordeste, a maioria proveniente do Rio Grande do Norte, passaram a viver de trabalho e oração naqueles 500 hectares no interior do Ceará, que chegaram a comportar 2 mil pessoas. Ali tudo era feito em sistema de mutirão, e imperava a cooperação. As obrigações eram divididas e os benefícios distribuídos conforme as necessidades de cada um.

Sem coronéis para explorar a mão-de-obra, os camponeses experimentaram sopros de liberdade. A paraibana Maria Inácia tinha 10 anos quando morou no Caldeirão, lugar que recorda com um olhar saudoso: "Era o mesmo que um céu aberto. Logo que amanhecia, meu padrinho Lourenço era o primeiro a sair para a lida. Nós tomávamos café ali mesmo, na roça. Às 9 horas vinha uma carga de rapadura para merendar, e às 11 chegavam as cozinheiras com o almoço. Na roça, tudo o que se planta dá, lá a gente plantava", lembra enquanto mostra orgulhosa as fotos dos "padrinhos" Cícero e José Lourenço, penduradas na parede da sala.

Durante seis anos se trabalhou na construção da Capela de Santo Inácio de Loyola, que foi abandonada inacabada em 1936.

Para os membros da comunidade, era importante que houvesse uma igreja onde pudessem praticar a religião tradicional.

Dentre as virtudes da comunidade do Caldeirão, também conhecida como Irmandade de Santa Cruz, a caridade sobressaiu durante a seca de 1932. Constantes no semi-árido nordestino, duas grandes estiagens forçaram os sertanejos a migrar para o litoral nas primeiras décadas do século passado. Para controlar a "invasão de flagelados" na de 1915, o governo do Ceará construiu o Campo de Refugiados do Alagadiço, onde uma epidemia de varíola matou boa parte dos reclusos. Em 1932, com a intenção de manter os retirantes longe de Fortaleza, os órgãos públicos intensificaram as medidas de contenção. Assim, ergueram sete campos de concentração - ou "currais", na linguagem popular - distribuídos pelas linhas férreas do estado.

Enquanto os dois campos próximos da capital reuniram cerca de 5,5 mil pessoas, o de Buriti, no Crato, que tinha capacidade para no máximo 5 mil, aglutinou por volta de 18 mil. Segundo a historiadora Rosângela Martins, durante a seca de 1932, os refugiados de Buriti foram vigiados rigorosamente por sentinelas. Havia ali até mesmo uma prisão interna para os desobedientes. Por causa da desnutrição e de doenças, "morria gente todos os dias, e um caminhão passava recolhendo os corpos no final da tarde para jogá-los em valas na parte alta do campo", afirma Rosângela.

Alguns retirantes tiveram sorte e conseguiram driblar o Campo de Buriti e chegar até o Caldeirão, onde as atividades corriam normalmente, já que mesmo nos anos de estiagem não faltava comida. José Lourenço solidarizou-se com os sertanejos e integrou à sua comunidade pelo menos 500 pessoas que pediram auxílio.



Texto 22 / Igualdade e auto-suficiência

Exemplo ecológico

O termo "caldeirão", antes de dar nome ao sítio que abrigou a irmandade liderada pelo beato José Lourenço, já designava uma falha geológica formada por pedras que se enchiam de água do riacho que por ali passava. Essa estrutura natural foi muito importante para o desenvolvimento da comunidade, porque a água ficava acumulada no "caldeirão" mesmo em tempos de seca.

O clima na região do Cariri é semi-árido, com chuvas concentradas nos quatro primeiros meses do ano. Depois desse curto período, nem uma gota cai do céu. Por isso o desafio maior para o pessoal do sítio era irrigar as plantações, uma vez que o solo não possibilitava a retenção de água.

Para o geógrafo Arlindo Siebra, a comunidade era um exemplo de bom uso dos recursos naturais. "Como é possível sustentar toda uma comunidade dependendo de um solo que tem restrições agrícolas? O grande mérito do beato foi exatamente este: ele soube utilizar os recursos e o ecossistema do semi-árido", afirma o geógrafo. Além do *modus vivendi* igualitário, o Caldeirão foi um exemplo ecológico para o nordeste. Segundo Siebra, a comunidade construiu várias microbarragens e dois açudes. Faziam também um tipo de cisterna, que cobriam para evitar a evaporação, armazenando a água no subsolo.

Outra característica importante frisada por Siebra era o não-desmatamento da "coroa da serra" – como são chamadas as partes mais altas da fazenda. Normalmente os agricultores trabalham com rotação de culturas, ou seja, queimam a vegetação para adubar o solo e depois plantam durante cerca de três anos. Posteriormente, abandonam a área – deixam a vegetação brotar de novo, o que chamam de "encapoeiramento" – para repetir o processo após três ou cinco anos. A falta de espaço, porém, impedia José Lourenço de fazer as rotações.

Segundo Siebra, o beato "só plantava abaixo da 'coroa da serra', e apenas em um trecho por ano, passando depois para outro. Como a cobertura vegetal da coroa permanecia intacta,

quando chovia as sementes eram dispersadas de cima para baixo. Dessa maneira, utilizando a força da gravidade, a área encapoeirava mais rápido que um terreno plano". Com esse manejo agrícola, somado à criação de peixes e de gado, as quase 2 mil bocas da irmandade não sentiam falta de comida.

Expulsão

A amizade com Padre Cícero garantiu por décadas a segurança de José Lourenço.

Se no Baixa Dantas os camponeses perderam o direito à terra e tiveram de sair às pressas, no Caldeirão não foi diferente. Aliás, pior. José Lourenço não era considerado pelas elites do Ceará um simples beato analfabeto e inofensivo, mas um perigoso líder capaz de articular grandes levantes contra a ordem pública. O principal problema apontado era a organização da comunidade, que as oligarquias tachavam de comunista.

As autoridades, na verdade, queriam o fim do Caldeirão, mas havia um problema: a ligação entre o beato José Lourenço e o padre Cícero. Brigar com o "Padrinho" não valia a pena, em hipótese alguma. Porém, com a morte do sacerdote, aos 90 anos, surgiu a oportunidade tão esperada, uma vez que desde 1923, o testamento do religioso garantia a propriedade do Caldeirão aos padres salesianos.

Por essa razão, o beato José Lourenço teve de começar a pagar tributos aos novos proprietários pelo usufruto da terra. Segundo José Tavares de Lira, filho e neto de ex-moradores do Caldeirão, seu pai sempre levava uma tropa de burros carregada de gêneros para os salesianos. Contudo, em 1936, o bacharel Raymundo Norões Milfont, representante jurídico dos padres, solicitou reintegração de posse.

As autoridades temiam resistência semelhante à de Canudos, onde o exército brasileiro fora seguidas vezes derrotado, até que,



Texto 22 / Igualdade e auto-suficiência

em 1897, promoveu o massacre de milhares de camponeses. Alegaram também o risco de o Caldeirão resvalar para as mãos de líderes marxistas, já que no final de 1935, Luís Carlos Prestes tinha comandado a Intentona Comunista, cujo primeiro levante havia ocorrido no Rio Grande do Norte.

No dia 11 de setembro de 1936, as forças do Estado invadiram o Caldeirão. Policiais civis e militares entraram marchando, mas não encontraram o beato José Lourenço, que havia fugido para a floresta da chapada do Araripe, onde ficou escondido até o início de 1938. Lá ele tomou o cuidado de não fixar residência, vivendo de forma nômade em construções de palha improvisadas, alimentando-se de frutas silvestres e, por vezes, de gêneros doados por amigos de fazendas próximas. No dia da invasão, porém, o capitão Cordeiro Neto ficou confuso sobre a atitude a tomar diante das mais de 400 casas de taipa. Optou pela devastação: expulsou os moradores, queimou os casebres e entregou parte dos bens ao município do Crato. "A polícia chegou lá e acabou com tudo. Levaram o que havia no armazém, e até as portas da casa do beato", conta José Lira.

No início de 1937, as autoridades receberam denúncias sobre o pessoal de José Lourenço, que após a dissolução da comunidade vivia internado nas matas da chapada do Araripe. Corriam boatos de que ex-integrantes do Caldeirão, chefiados pelo mensageiro Severino Tavares, atacariam o Crato. Ciente disso, o capitão Bezerra e 11 soldados da polícia de Juazeiro foram até lá para checar as informações e entraram em conflito com um grupo de camponeses. Nesse embate, morreram o capitão e três praças. Do outro lado, foram cinco perdas, entre elas, Severino. Após a divulgação daquele conflito, fortes contingentes militares partiram de Fortaleza à caça dos remanescentes do Caldeirão, determinados a vingar a morte do capitão Bezerra. O ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, colocou a força federal à disposição do governo cearense e autorizou o vôo de três aparelhos do Destacamento de Aviação, sob responsabilidade do capitão José

Macedo, para auxiliar no reconhecimento da zona e localização dos camponeses.

Dos aviões, as metralhadoras dispararam, enquanto 200 patrulheiros vasculhavam a chapada do Araripe para concluir a missão. Naquele 11 de maio de 1937, cerca de 700 lavradores foram massacrados. Nenhum soldado morreu. Mesmo depois da "grande investida" militar, policiais continuaram a perseguir, prender, torturar e matar pessoas que se vestissem de preto e portassem rosário – as características dos seguidores do beato.

Em 1938, José Lourenço retornou ao sítio Caldeirão e ali permaneceu por dois anos, até ser novamente expulso pelo procurador dos padres salesianos, proprietários da fazenda. Seguiu então para Exu, no lado pernambucano da chapada, onde montou outra comunidade, no sítio União, comprado com os 7 contos de réis recebidos como indenização por uma parte dos bens do Caldeirão. O advogado do beato tentou mover uma ação contra o Estado para recuperar a totalidade das perdas do arraial, todavia o pedido não foi atendido.

José Lourenço morreu em 12 de fevereiro de 1946 no sítio União, vítima de peste bubônica. Seguidores carregaram o caixão com seu corpo, a pé, de Exu até Juazeiro do Norte, num percurso de 70 quilômetros. Depois da longa e cansativa jornada, o corpo do beato foi velado na casa de seu seguidor Eleutério Tavares. Em seguida, os fiéis solicitaram uma missa a monsenhor Joviniano Barreto, porém o vigário não apenas recusou o pedido, como proibiu a entrada do esquife na capela: "Eu não celebro missa para bandido", alegou o sacerdote.

Após serem rejeitados na "casa de Deus", e debaixo da chuva que caía em Juazeiro do Norte, os amigos do beato fizeram o sepultamento em outro cemitério.

Reportagem publicada originalmente em agosto de 2005 e produzida graças a uma parceria com a revista Problemas Brasileiros.



Expediente

Comitê Gestor do Projeto

Timothy Denis Ireland (Secad – Diretor do Departamento da EJA)
Cláudia Veloso Torres Guimarães (Secad – Coordenadora Geral da EJA)
Francisco José Carvalho Mazzeu (Unitrabalho) – UNESP/Unitrabalho
Diogo Joel Demarco (Unitrabalho)

Coordenação do Projeto

Francisco José Carvalho Mazzeu (Coordenador Geral)
Diogo Joel Demarco (Coordenador Executivo)
Luna Kalil (Coordenadora de Produção)

Equipe de Apoio Técnico

Adan Luca Parisi
Adriana Cristina Schwengber
Andreas Santos de Almeida
Jacqueline Brizida
Kelly Markovic
Solange de Oliveira

Equipe Pedagógica

Cleide Lourdes da Silva Araújo
Douglas Aparecido de Campos
Eunice Rittmeister
Francisco José Carvalho Mazzeu
Maria Aparecida Mello

Equipe de Consultores

Ana Maria Roman – SP
Antonia Terra de Calazans Fernandes – PUC-SP
Armando Lírio de Souza – UFPA – PA
Célia Regina Pereira do Nascimento – Unicamp – SP
Eloisa Helena Santos – UFMG – MG
Eugenio Maria de França Ramos – UNESP Rio Claro – SP
Giuliete Aymard Ramos Siqueira – SP
Lia Vargas Tiriba – UFF – RJ
Lucillo de Souza Junior – UFES – ES
Luiz Antônio Ferreira – PUC-SP
Maria Aparecida de Mello – UFSCar – SP
Maria Conceição Almeida Vasconcelos – UFS – SP
Maria Márcia Murta – UNB – DF
Maria Nezilda Culti – UEM – PR
Ocsana Sonia Danylyk – UPF – RS
Osmar Sá Pontes Júnior – UFC – CE
Ricardo Alvarez – Fundação Santo André – SP
Rita de Cássia Pacheco Gonçalves – UDESC – SC
Selva Guimarães Fonseca – UFU – MG
Vera Cecília Achatkin – PUC-SP

Equipe editorial

Preparação, edição e adaptação de texto:
Editora Página Viva

Revisão:
Ivana Alves Costa, Marilu Tassetto,
Mônica Rodrigues de Lima,
Sandra Regina de Souza e Solange Scattolini

Edição de arte, diagramação e projeto gráfico:
A+ Desenho Gráfico e Comunicação

Pesquisa iconográfica e direitos autorais:
Companhia da Memória

Fotografias não creditadas:
iStockphoto.com

Apoio

Editora Casa Amarela

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro. SP, Brasil)

Trabalho no campo / [coordenação do projeto
Francisco José Carvalho Mazzeu, Diogo Joel Demarco,
Luna Kalil]. -- São Paulo : Unitrabalho-Fundação
Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho ;
Brasília, DF : Ministério da Educação. SECAD-Secretaria
de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade,
2007. -- (Coleção Cadernos de EJA)

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 85-296-0066-5 (Unitrabalho)

ISBN 978-85-296-0066-6 (Unitrabalho)

1. Livros-texto (Ensino Fundamental) 2. Vida no campo -
Trabalho I. Mazzeu, Francisco José Carvalho.

II. Demarco, Diogo Joel. III. Kalil, Luna.

IV. Série.

07-0390

CDD-372.19

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensino integrado : Livros-texto :
Ensino fundamental 372.19